



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570850 - SP (2020/0080474-5)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIEL BIDOIA DONADE - SP302518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDIVANICIO FERNANDES DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **EDIVANICIO FERNANDES DE OLIVEIRA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado por infração ao art. 155, **caput**, c/c o art. 14, II, do Código Penal (**furto simples tentado**).

Irresignada com a condenação, a d. Defesa apelou e interpôs embargos infringentes, recursos que foram **desprovidos**, em v. acórdãos assim ementados (fls. 77-90):

“APELAÇÃO CRIMINAL - Furto simples tentado - Autoria e materialidade delitiva perfeitamente demonstradas - Decisão condenatória que se impõe - Prova robusta a admitir a condenação da ré - Fato típico - Reconhecimento do princípio da insignificância Impossibilidade - Penas e regime prisional fixados com critério - Impossibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos - Recurso desprovido”.

“EMBARGOS INFRINGENTES – Apelação Criminal - Condenação por infração ao art. 155, caput, c.c. o art.14, inciso II, ambos do Código Penal – Pretensão à absolvição sob o fundamento da atipicidade da conduta, por atipicidade da conduta Crime impossível – Presentes os elementos da tentativa – Posicionamento da maioria mantido – Embargos rejeitados”.

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa, em suma, busca a

absolvição, com a aplicação do princípio da insignificância.

Sustenta que foram subtraídos apenas “8 (oito) frascos de desodorantes avaliados em R\$ 96,23 (noventa e seis reais e vinte e três centavos) (fl. 19 dos autos originais)” – fl. 6.

Aduz que, **os bens subtraídos representam pouco mais de 10% do salário mínimo vigente à época (R\$ 880,00)** “*nada obstante a reincidência do paciente, resta claro que o caso em concreto permite a incidência do princípio da insignificância, uma vez que mínima ofensividade de sua conduta, que resultou em nenhuma periculosidade social. Além disso, resta claro que o furto em questão demonstra o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento do paciente e, sobretudo, a inexpressividade da lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal*” (fl. 7).

Requer, inclusive LIMINARMENTE, “*seja absolvido o paciente do crime atribuído a ele nos autos do processo nº 0001236-86.2016.8.26.0564, com fundamento no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, uma vez que sua conduta é materialmente atípica*” (fl. 11).

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição sumária**, não se verifica a flagrante ilegalidade, haja vista o v. acórdão ter sido proferido em consonância com a jurisprudência desta eg. Corte Superior.

Ora, ademais, o paciente é **reincidente** e a **res furtivae** perfaz, notoriamente, **mais de 10% (dez por cento)** do salário mínimo vigente à época dos fatos:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. ABSOLVIÇÃO IMPRÓPRIA. MEDIDA DE SEGURANÇA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. DELITO PRATICADO COM ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. MAIOR DESVALOR DA CONDUTA. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

*I - Em que pese tenha deferido a medida liminar no HC n. 428.737/MG, o fiz em razão da reduzida expressividade do valor dos víveres subtraídos, **que não perfaziam mais de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época do fato**, somado ao fato de a pena ter sido fixada em patamar elevado, e em regime inicial fechado, conjuntura apta a ensejar, naquele caso, a aplicação do denominado princípio da insignificância.*

II - In casu, contudo, não se mostra possível a aplicação de tal entendimento, tendo em vista que, além de a res furtiva perfazer mais de 11% (onze por cento) do salário mínimo vigente à época do fato, tem-se que o delito foi praticado na sua forma qualificada, mediante rompimento de obstáculo. Deve ser mantido o decisum recorrido, pois encontra-se, de fato, em consonância com o entendimento desta Corte Superior de Justiça, segundo o qual, verbis: "É firme nesta Corte o entendimento segundo o qual a prática do delito de furto qualificado por escalada, destreza, rompimento de obstáculo ou concurso de agentes indica a reprovabilidade do comportamento do réu, sendo inaplicável o princípio da insignificância" (AgRg no REsp n. 1.432.283/MG, Sexta Turma, Rel.^a Min.^a Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 27/6/2014, grifei).

Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1307149/MG, Quinta Turma, de minha relatoria, DJe 10/09/2018, grifei)

No mais, o **pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser analisado após a devida instrução do feito e oitiva do d. Ministério Público Federal.

Nesse sentido, alguns julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCABIMENTO DO RECURSO. 1. É assente na jurisprudência deste Tribunal Superior o entendimento no sentido de que não é cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de Relator que, fundamentadamente, indefere pleito de liminar. 2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância. 3. Recurso não conhecido." (AgRg no HC 348.622/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 28/03/2016)

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe agravo regimental contra a decisão do relator que, em habeas corpus, defere ou indefere a liminar, de forma motivada. 2. Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica. 3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 09/10/2017)

Por estas razões, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo de 1º Grau.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Felix Fischer

Relator